

## BOLETIM Nº 02

Este ano foi para nós da AWARU, um ano de muito trabalho e luta. Conseguimos algumas conquistas, tivemos decepções jurídicas e derrotas também.

Para melhor visualizar nosso trabalho durante o ano de 91, separamos por ítems:

SAÚDE

A AWARU participou de todos os trabalhos realizados juntos aos Nambiquara, auxiliando e complementando a assistência oficial. Campanhas de vacinação - num total de 03 (três) legaram aos Nambiquara uma cobertura vacinal completa. Auxílio no trabalho de erradicação de malária (FUNAI/FNS) que se realizou inicialmente junto aos Katitauru do Sararé e Hahaintesu do Vale do Guaporé, onde a situação é crítica. Pensamos em estender o trabalho a outras aldeias em 92. A Casa do Índio - Unidade de Saúde da FUNAI em Vilhena - teve vários problemas de manutenção por falta de verbas. A AWARU, sempre que possível, repassou alimentação e medicamentos, chegando até mesmo a cobrir plantões de enfermagem.

Na área de saúde, no entanto, deve ser destacado um trabalho que só foi possível realizar graças à ajuda dos sócios alemães da AWARU. Foram contratados três auxiliares de enfermagem para áreas que a FUNAI não conseguiu cobrir. Desta forma, são três profissionais: um, desde agosto/91, inicialmente com os Alantesu, a partir de novembro com os Wasusu. Um no Anunsu e outro no Negarotê, desde novembro/91. Em 92, pensamos conseguir mais dois: um para os Alantesu e outro para os Sabanês da Aldeia Veado Preto.

QUESTÕES FUNDIÁRIAS

Constituem o aspecto mais complexo de nosso trabalho, com tendências a agravar-se, já que a ação invasora e depredadora de madeireiros e garimpeiros se intensifica, seja por conta das condições regionais (não existe mais madeira de lei fora das Áreas Indígenas) seja pela situação de crise nacional (um grande número de desempregados que se desloca para o garimpo). Importa colocar que, apesar de todas as dificuldades, reduziu em 50% o volume de madeira roubada em 91, comparativamente aos últimos 05 anos.

Vejamos uma síntese dos principais acontecimentos:

-Três Áreas Indígenas em processo definitivo de Demarcação (Publicação DOU, de 02/05/91) - Área Indígena Pequizal, Área Indígena Taihãntesu e Área Indígena Lagoa dos Brincos.

-Início dos trabalhos de vigilância e fiscalização, conforme projeto aprovado pela SEMAM. Foram aviventadas, com a participação das comunidades indígenas, as picadas da Área Indígena Vale do Guaporé. A aquisição de um Toyota que muito ajudou o andamento dos trabalhos. E podemos contar agora com TV, filmadora e vídeo para o desenvolvimento de um programa de educação ambiental.

-Autodemarkação, pelos Alantesu, da Área Indígena Pequizal. Foi uma medida importante, pois a área estava totalmente invadida. Com a retirada dos invasores e o estabelecimento dos limites, podemos evitar um processo violento em andamento, que nos deixava temerosos quanto à sobrevivência dos Alantesu. Não foi totalmente eliminada a possibilidade de violência, pois ocorreram conflitos, mas a situação foi em muito amenizada.

-Um dos problemas mais graves que enfrentamos foi o do garimpo do Sararé, no Córrego Água Suja, limite natural da Reserva. Desde o final de 90, garimpeiros penetram na região. Em março de 91 havia de 100 a 200 garimpeiros no Córrego e a Administração Regional de Vilhena informou a Superintendência, em Cuiabá, solicitando providências. Infelizmente, a ausência de medidas efetivas tornou possível o desenvolvimento assustador do garimpo - já no final de 91 encontravam-se mais de 3.000 garimpeiros na região. Atualmente, uma medida judicial - de um Juiz Federal de Brasília - intimou a FUNAI, o DNPM e a Polícia Federal a realizarem a desintrusão definitiva do garimpo, o IBAMA deve, posteriormente, cuidar de sua recuperação ambiental. Isto foi possível através da ação Comunidade Indígena Katitauru que, com a ajuda da AWARU, colocou a questão em mãos de um advogado - do NDI, de Brasília. Em outubro/91, num esforço de ação conjunta, índios de todos os grupos Nambiquara, funcionários da FUNAI e representantes da AWARU estiveram em visita ao garimpo. Como garantia da incolumidade do grupo, foi filmada a visita. Eram mais de 100 índios, juntandocom o restante, mais de 120 pessoas. Ficamos todos impressionados com o que vimos, tal amplitude de devastação.

Depois desta visita, uma notícia no jornal "Folha de São Paulo" teve o poder de acordar as autoridades competentes. Mesmo assim, as medidas tomadas até o presente momento visando desintrusar apenas a Área Indígena não funcionaram - os garimpeiros retirados do interior da reserva, retornam assim que as Equipes Interinstitucionais se afastam.

A AWARU continua a acreditar que apenas uma medida definitiva será capaz de oferecer soluções. É necessário acabar com todo o garimpo no local e colocar Equipes de Vigilância permanentes para impedir o retorno dos garimpeiros. É uma luta a continuar, especialmente porque a Comunidade Katitauru já se encontra afetada pela presença dos garimpeiros - no final de dezembro, 27 índios foram conduzidos a Vilhena em estado preocupante, sendo que sua doença acabou por ser diagnosticada como virose. A malária também aumenta, afetando o grupo. Tememos ainda a propagação do Cólera, que numa situação como a do garimpo encontra condições ideais para propagação.

- A ação dos madeireiros se intensifica, principalmente nas regiões mais próximas à BR-364. A "máfia da madeira", da cidade de Comodoro/MT conta com procedimentos cada vez mais sofisticados. Primeiramente identificam os locais em que há ocorrência de madeira de lei. Em seguida, mandam um batedor, de moto, para certificar-se de que não há índios ou pessoal da FUNAI no local. Entram à noite e nos fins de semana, com trator "skid" e caminhões, apenas para derrubar e furtar a madeira, saindo ao amanhecer.

A Administração Regional de Vilhena/FUNAI não tem condições de solucionar sózinha a questão. Falta infraestrutura para a fiscalização. Falta o necessário apoio de órgãos como Polícia Federal e IBAMA. Falta o apoio efetivo do Legislativo. Durante o ano de 91 muitas derrotas. Juizes liberando máquinas e caminhões de madeireiros, apreendidos com muito esforço no interior das Áreas Indígenas, que retornaram com o mesmo maquinário para novamente roubar. Omissão da Polícia Federal que recusa-se a ceder agentes alegando falta de diárias. Que não lavra flagrantes de madeireiros, chegando a liberá-los sem nem ao menos ouvir seus nomes ou depoimentos. Em outubro/91, funcionários da FUNAI apreenderam seis madeireiros no interior da Área Indígena Vale do Guaporé. Conduzidos até a Polícia Federal de Vilhena, esta nada fez, alegando que como o ocorrido se dera em Mato Grosso, estava fora de sua jurisdição. Os funcionários deslocaram-se então até Cáceres/MT, levando os seis madeireiros invasores. Após a viagem noturna e um cansativo dia de depoimentos, os funcionários da FUNAI acabaram por discutir com o Delegado que recusou-se a lavar o flagrante, alegando que o mandante do roubo não se encontrava no grupo. Quase foram presos os funcionários da FUNAI, por desacato à autoridade. Na noite de Natal/91, mais quatro madeireiros, simplesmente liberados, sem identificação.

A situação tanto dos membros da AWARU como dos funcionários da FUNAI é crítica na região, Vários se encontram com as cabeças a prêmio, ameaçados pelos madeireiros de Comodoro, que contratavam jagunços visando atingir os poucos que lutam pela integridade dos territórios Nambiquara. Onde está o apoio das instituições governamentais que devem fazer cumprir a lei? Sem o amparo legal, como enfrentar a situação?

-As invasões de madeireiros não são exclusividades das Áreas Indígenas Vale do Guaporé e Sararé. Em setembro/91, madeireiros de Pimenta Bueno convenceram algumas lideranças Aikanã, da Área Indígena Tubarão-Latundê a vender madeira, como única saída para superar a crise econômica. A posição da Administração Regional de Vilhena foi clara - não interferiria no interior da Área Indígena, já que esta se encontra sob a autoridade dos índios. Mas, roubar madeira é ilegal e portanto, tudo faria para controlar qualquer movimentação de madeireiros ao longo dos limites da Reserva. Com o auxílio do Pelotão Florestal da Polícia Militar de Vilhena, foram apreendidos os madeireiros e sete caminhões que se retiravam da Área Indígena, carregados de mogno roubado. A FUNAI é hoje fiel depositária dos caminhões e da madeira, enquanto segue o inquérito judicial.

#### POSSEIROS

Que atraem grileiros. Mais um dos problemas que enfrentamos é o da alocação, pelo INCRA, de posseiros nas vizinhanças das Áreas Indígenas. Sem um trabalho anterior de proteção da Reserva, os índios acabam sempre por ser agredidos. Na região vizinha aos Negarotê, lutamos para manter uma faixa de proteção ambiental. Hoje sabemos que já foi desrespeitada e invadida. Na região vizinha aos Hahaintesu, pressionados pela falta de perspectiva econômica nos períodos de entressafra, os posseiros facilitam a entrada de madeireiros no interior da Área Indígenas, tornando-se co-autores dos roubos praticados. Isso sem contar a dificuldade operacional de vigilância, em locais que atraem cada vez mais famílias, que até mesmo por falta de conhecimento, tornam-se invasoras das Áreas Indígenas. Sabemos

que estes posseiros são, muitas vezes, ocupantes provisórios; que do seu conflito com os índios sairá lucrando gente mais poderosa e esperta, que aguarda apenas o momento certo para apossar-se das terras.

### EDUCAÇÃO

Participamos de todas as iniciativas neste campo no decorrer de 91. Reuniões no Núcleo de Educação Indígena, em Vilhena, juntamente com FUNAI, SEDUC, SEMEC e UNIR (Universidade Federal de Rondônia). Participamos da elaboração do Projeto de Capacitação de Professores Índios, juntamente com a FUNAI, e conseguimos a contratação de cinco professores Nambiquara para 92. Estivemos no 1º Curso de Capacitação, como palestristas. Auxiliamos na infra-estrutura, com alimentação e combustível. O curso, realizado no PIN Aroeira, por duas semanas, em dezembro/91, foi resultado de nossos esforços conjuntos no decorrer de todo o ano.

Para finalizar, resta ressaltar a importância de todo o apoio que vem de fora. Agradecemos ao CTI, que contribuiu no conserto de uma viatura. Ao NDI, que assumiu a questão jurídica, contribuindo de forma fundamental. Aos sócios alemães e noruegueses, sem os quais não teríamos como manter um mínimo assistencial. Ao pelotão de Polícia Florestal de Vilhena, à ECOPORE e ao IAMA. Aos companheiros das ONGs de Rondônia. Aos sócios brasileiros, fundadores ou não.

Ufa !!!!... Conseguimos passar mais um ano...

Para 92, mais lutas. Precisamos oferecer aos Nambiquara, especialmente os do campo, alternativas econômicas. Pensamos em projetos auto-sustentáveis, que combinem várias atividades ao longo do ano. É um trabalho fundamental pois, como sabemos, a independência econômica é o primeiro passo no sentido da independência geral de um povo, na preservação de sua dignidade. Não temos nada fechado ou acabado. Aceitamos ajuda e sugestões. Que venham.